
Passo 1

Identificação

Título:	Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas
Tipo da ação	Projeto
Edital	FLUEX
Ações vinculadas	Não informado
Unidade geral	Instituto de Ciências Sociais
Unidade de origem	Centro de Pesquisa Pós-Graduação sobre as Américas
Carga horária	240h00
Estimativa de Participantes	9
Data de início	06/03/2017
Data de término	01/03/2019
Área Temática	Direitos Humanos
Periodicidade	Bianual
Abrangência	Nacional

Detalhes

Público de Interesse	Povos Indígenas
Local de realização	Terras Indígenas; municípios e estados com fronteiras internacionais
Divulgação	http://obindceppacunb.blogspot.com.br/
Coordenador	Cristhian Teófilo da Silva
Telefone	(061) 3107-6027
E-mail	silvact@unb.br
Tem limite de vagas?	Sim
Número de vagas	9
Tem inscrições?	Não
Isenção de taxa?	Não
Taxa de inscrição:	
Servidores	sem taxa
Alunos	sem taxa
Público externo	sem taxa
Órgãos externos	sem taxa
Outros	sem taxa
Ação curricular?	Não

Passo 2

Órgãos Parceiros

Nome Parceiro	Natureza da Parceria
SDH	Apoio

Descrição da Ação

Resumo da proposta	<p>O OBIND pretende obter e sistematizar dados quantitativos e qualitativos sobre processos de territorialização, gestão territorial, conflitos interétnicos e qualidade de vida de povos e populações indígenas nas áreas reservadas ou em contextos urbanos, de modo a possibilitar visibilidade, comparabilidade, avaliação e orientação para as políticas indigenistas e promoção dos direitos territoriais e dos direitos humanos.</p>
Palavra chave	Direitos dos Povos Indígenas; Direitos Humanos
Justificativa	<p>As atividades de um observatório dos direitos e políticas indigenistas justifica-se pela amplitude e complexidade de tal tema, como as reivindicações dos movimentos indígenas tem reiteradamente apontado desde a promulgação da Constituição Federal em 1988. Não obstante, a concepção de um observatório dos direitos e políticas indigenistas no Brasil faz-se urgente não somente pela importância da chamada “questão indígena” no Brasil, mas também pela necessidade de maior interação, organização e análise dos dados existentes, para que a partir deles, novas pesquisas possam ser orientadas e desenvolvidas. No atual estado de organização dos dados quantitativos sobre povos indígenas, o Brasil torna-se, inclusive, um caso de difícil comparação frente a outros países e realidades, a exemplo do Estados Unidos e Canadá, que compartilham com o Brasil, uma longa história de estabelecimento de reservas e parcialidades territoriais como meio de operacionalizar os direitos indígenas e políticas sociais específicas.</p> <p>Constata-se, atualmente, grande dispersão de dados, sobretudo quantitativos, coletados e armazenados pelos diversos órgãos oficiais que, por falta de uma maior coordenação, de comunicação e interação com unidades acadêmicas e associativas, não estão sendo sistematizados de forma global. São dados, muitos em estado bruto ou produzidos para responder a demandas institucionais pontuais, mas que são essenciais para a compreensão das problemáticas indígenas contemporâneas, inclusive para verificar sua amplitude real.</p> <p>Na qualidade de uma ação de extensão continuada, o OBIND visa promover a junção de dados quantitativos ao levantamento qualitativo de denúncias de violação dos direitos humanos de populações indígenas no Brasil e nas áreas de fronteira internacional na América do Sul. Nesse sentido, o OBIND também contribuirá para o campo científico, tanto em nível empírico, como teórico, pois se trata de um projeto pioneiro, que servirá para reunir diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros interessados na análise das problemáticas sociais indígenas contemporâneas em países de tradição democrática e liberal. Assim, espera-se que essa ação de extensão esteja permanentemente combinada a pesquisas e formação de pesquisadores e estudantes voltados para a temática da proteção dos direitos humanos de populações vulneráveis, a exemplo dos povos índios, de modo a contribuir com dados relativos: às condições de vidas nas terras indígenas e das populações indígenas em contextos urbanos; ao perfil sócio-demográfico dos indígenas; aos impactos socioeconômicos das terras indígenas nas economias marginais e periféricas regionais; ao efetivo usufruto exclusivo das terras indígenas por seus habitantes; às denúncias de violações de direitos humanos etc. Destaca-se que serão coletadas e sistematizadas informações relativas aos processos de regularização fundiária, situação de ocupação e exploração ambiental, indicadores de qualidade de vida, com organização de dados pertencentes à diferentes instituições da administração pública e criação de mecanismos de difusão de informações, que envolverão: desenvolvimento de portal eletrônico (site) e criação de canal de comunicação entre os atores que atuam no campo indigenista. Além deste trabalho de levantamento quantitativo de dados, o OBIND promoverá ações de campo em colaboração com povos indígenas e com o órgão indigenista, com vistas a qualificar informações pertinentes à violação dos direitos humanos destes povos.</p> <p>Identificou-se a inexistência de um canal de comunicação que centralize as informações disponíveis sobre os direitos e políticas indigenistas e que propicie a denúncia e o acompanhamento dos processos relativos a estas, de modo que</p>

a promoção de uma ação de extensão com vistas ao monitoramento de violações de direitos, políticas e programas indigenistas etc., contribuirá para a difusão de informações aos cidadãos, às organizações e povos indígenas e àqueles que trabalham diretamente com os povos indígenas.

Deve ser também destacada a importância de ações com enfoque em situações específicas, como podem ser os estudos sobre os direitos e políticas indigenistas nos espaços de fronteira internacionais, onde se verifica um déficit de cidadania desproporcional em relação ao restante do país. Ressalta-se que já há muitos estudos sendo realizados por diferentes unidades acadêmicas e entidades associativas, não obstante, ainda é necessária uma maior sistematização e divulgação de seus resultados, mediante eventos e publicações. O Observatório será um importante iniciativa para essa divulgação e transferência de conhecimentos para as organizações indígenas e indigenistas.

Ainda no âmbito acadêmico, o Observatório possui um caráter de formação científica e profissional, pois visa proporcionar ações continuadas de formação de estudantes, técnicos e profissionais para a sistematização e escuta qualificada de informações relativas aos direitos e políticas para os povos indígenas no país.

Fundamentação teórica

As últimas décadas do século passado proporcionaram centenas de trabalhos, além dos respectivos contextos de divulgação e debate, acerca das relações entre povos indígenas e Estados nacionais no Brasil, América Latina e ao redor do mundo. Estes trabalhos não se situam exclusivamente no campo disciplinar da Antropologia e das Ciências Sociais, tampouco das Humanidades. Existem contribuições variadas advindas da estatística, ciências da informação, cartografia etc. A lista de trabalhos é ainda maior se incluirmos publicações sobre as relações estabelecidas entre diferentes povos indígenas e missões religiosas, organizações não-governamentais, empresas e população regional, de modo geral, e com os próprios movimentos indígenas, de modo particular. Uma tentativa de reunir estes trabalhos sob o termo "indigenismo", "indianismo" ou "estudos indigenistas", é uma tarefa complicada e controversa porque são complicados e controversos os modos pelos quais esses termos têm sido definidos por seus estudiosos e profissionais. Entretanto, é a partir de um perspectiva crítica, com vistas a qualificar e subsidiar a ação indigenista em prol da autodeterminação e autonomia territorial e política dos povos indígenas, assegurando meios para a efetivação de sua cidadania no país e na região, que esta proposta de ação de extensão continuada se fundamenta teoricamente.

O contexto de dispersão e profusão de estudos sobre os povos indígenas e a relação destes estudos com a consolidação de uma nova era de direitos multiculturais estabelecidos em constituições nacionais e na esfera internacional exige um trabalho permanente de sistematização, ordenamento e análise para que se converta em instrumentos para a formação e reorientação das ações, programas e políticas indigenistas, bem como para a própria ação política e jurídica indígenas.

Dito de outro modo, observa-se uma crescente produção e multiplicação de dados, informações e reflexões sobre os direitos dos povos indígenas, as políticas indigenistas e seus efeitos sobre eles e as sociedades com as quais estão em contato, sem que esta profusão seja monitorada, organizada e disponibilizada aos próprios povos e organizações indígenas para qualificar a compreensão dos processos de transformação social em curso e suas possibilidade de ação e enfrentamento das condições adversas em que se encontram.

A oportunidade de implementar o Observatório como uma ação de extensão surge como promissora para promover a superação do paradigma assimilacionista e tutelar do indigenismo, extensamente estudado e criticado pela produção antropológica no século XX. O horizonte político e jurídico aberto pelas Constituições latino-americanas, assim como a literatura proveniente da antropologia do indigenismo e do pluralismo jurídico, a principal motivação

para a presente proposta.

É apoiado na tradição antropológica de estudos etnológicos realizados de modo a refletir criticamente sobre o destino das populações indígenas (ver Ribeiro, 1970; Cardoso de Oliveira, 1976; e Ramos 1990) no contexto brasileiro atento à necessidade de promover o diálogo interétnico a partir de uma ética discursiva que vise a transferência de conhecimento e troca de saberes (Cardoso de Oliveira, 2000), que esta proposta de extensão encontra-se teoricamente fundamentada.

Objetivos

O Observatório tem como objetivo geral desenvolver metodologias para a realização de diagnósticos sobre as políticas indigenistas no Brasil e seus efeitos socioeconômicos para os povos indígenas e populações vizinhas, mediante estudos teóricos e empíricos, e apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas que objetivem a observação e promoção dos direitos específicos dos povos indígenas e dos direitos humanos como um valor agregado para o desenvolvimento do país.

Para realizar essa tarefa propõe-se reunir informações em parceria com órgãos públicos e organizações indígenas e não-indígenas em torno de três eixos centrais das políticas indigenistas no Brasil: I- A política de regularização fundiária das terras indígenas e as dinâmicas sociais, política e econômicas dela decorrentes na atualidade; II- O efetivo usufruto exclusivo das terras indígenas e a qualidade de vida nas terras indígenas nas últimas décadas; e III- A resolução dos conflitos interétnicos e violações dos direitos humanos decorrentes da regularização fundiária das terras indígenas.

Assim sendo, a principal meta a ser atingida no primeiro ano de ação do Observatório será, consecutivamente à sua instalação efetiva e formação da equipe, o mapeamento global das fontes de informação e dados estatísticos que possibilitem estabelecer um acompanhamento temporal das políticas públicas indigenistas no Brasil. Este objetivo, sequencia a experiência pioneira do PETI – Projeto Estudos sobre terras indígenas no Brasil, realizado sob coordenação do Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho no Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ entre os anos 1984 e 1992 (ver: <http://laced.etc.br/site/acervo/bancos-de-dados/acervo-peti/>). Os resultados deste projeto foram divulgados em publicações avulsas e algumas delas republicadas em 1998 no livro: “Indigenismo e Territorialização: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo” (RJ: Contra Capa Livraria, 1998) e não encontraram sequenciamento.

O Observatório pretende alcançar ainda os seguintes objetivos específicos:

- I. Compilar pesquisas e levantar dados estatísticos sobre as políticas indigenistas no Brasil contemporâneo;
- II. Desenvolver metodologias para sistematização de dados e escuta qualificada de denúncias de violação dos direitos humanos junto a povos indígenas específicos e em áreas de fronteira internacional;
- III. Compilar, sistematizar e disponibilizar informações e dados sobre políticas indigenistas, terras indígenas, efeitos socioeconômicos, conservação ambiental, práticas de arrendamento nas suas diferentes vertentes: processo de regularização fundiária, gestão ambiental, inserção econômica das terras indígenas e participação política e econômica indígena nas e a partir das terras indígenas, desenvolvendo mecanismos online de fluxos de informações (portal eletrônico, no qual os atores que trabalham na temática poderão ter acesso à indicadores de fluxos, conteúdo informacional e banco de dados);
- IV. Desenvolver atividades de cooperação com outras instituições congêneres nacionais e estrangeiras que permitam, mediante fomento de pesquisas conjuntas, um maior conhecimento das políticas indigenistas e seus resultados no Brasil, nas Américas e no mundo.

III. Promover colóquios, seminários, debates e outras atividades que permitam um maior conhecimento dos órgãos de administração indigenista, da implementação de princípios e políticas comuns, de boas práticas para incrementar a qualidade dos povos indígenas em seus territórios ou locais de habitação;

IV. Fomentar a criação de redes acadêmicas e da sociedade civil especializadas na temática indigenista em parceria com organizações indígenas;

V. Analisar, tratar e divulgar através de um relatório anual as principais características sócio-demográficas e econômicas das políticas indigenistas no Brasil;

VI. Propiciar aos povos indígenas e demais cidadãos o acesso à informação e transparência das políticas públicas voltadas para os povos indígenas.

Metodologia

O OBIND analisará dois ciclos das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo.

Em um primeiro momento, a equipe da pesquisa explorará os dados estatísticos disponibilizados pelos órgãos oficiais, especialmente os vinculados diretamente à implementação das políticas indigenistas (IBGE, Funai, MEC, MS, MJ e MPF) utilizando como ferramenta de apoio os seguintes softwares estatísticos: SPSS, SAS, R, possibilitando assim um melhor tratamento desses dados de maneira conjunta. Além dos dados oficiais, a equipe explorará diferentes fontes nacionais e internacionais de dados estatísticos, assim como produzirá, mediante a fomentação de pesquisas, os seus próprios dados. Serão também revisados dados divulgados por outras pesquisas publicadas em revistas indexadas ou editoras, mediante pesquisa bibliográfica criteriosa.

A apresentação desses dados será realizada através da divulgação de relatórios anuais e da disponibilização no site do observatório de tabelas, gráficos e mapas, um banco de dados mais interativo, que permitam de forma didática e de fácil acesso uma melhor exploração e compreensão sobre os ciclos de políticas indigenistas no Brasil.

Ainda como parte da metodologia proposta pelo Observatório, a equipe analisará também documentos, legislações, arquivos, orçamentos e execução financeira das políticas públicas para os povos indígenas no Brasil. Busca-se com isso, construir um banco de informações sobre o que existe em termo de legislação e de fomentação de políticas públicas sobre o tema.

De forma a complementar os dados obtidos mediante as propostas metodológicas acima, a equipe também explorará e fomentará pesquisas realizadas com base em metodologias qualitativas, como estudos de casos específicos e trabalhos etnográficos que contemplem os povos indígenas nas mais diversas situações históricas (Oliveira Filho, 1988) e sociológicas. Essas pesquisas possibilitarão um maior contato com as políticas em nível local, uma maior compreensão de sua situação e das dificuldades que enfrentam os povos indígenas, e certamente apontarão sugestões, contribuições valiosas para a discussão das problemáticas indígenas e indigenistas atuais.

De forma a complementar as pesquisas qualitativas, a equipe buscará, através da realização de entrevistas em profundidade, coletar informações, percepções, opiniões junto às diversas organizações da sociedade civil que trabalham com a “questão indígena”, autoridades e especialistas sobre o tema.

Deve-se ressaltar que para que os resultados aqui propostos sejam alcançados são necessários não somente o compromisso da equipe de pesquisadores do LAEPI/CEPPAC como também da colaboração dos órgãos públicos e demais organizações indígenas e indigenistas em apoiar a disponibilização dos dados oficiais e da sociedade civil, a captação dos recursos para as pesquisas, o apoio com a promoção de eventos e de publicações. O trabalho conjunto dessas três partes é fundamental para o êxito dos seguintes resultados previstos:

- Consolidação de um banco de dados estatístico sobre direitos e políticas indigenistas no Brasil.
- Exploração e organização das estatísticas de fontes oficiais através de softwares inovadores que permitam uma aproximação, de forma agregada, aos fatores macroeconômicos e políticos que incidem sobre a constituição de terras indígenas no país.
- Consolidação de um sistema informativo sobre legislações e políticas públicas que incidem e/ou regulam as relações entre povos indígenas, sociedade nacional e Estado no Brasil, com o intuito de alimentar o banco de dados sobre as políticas indigenistas no contexto brasileiro.
- Elaboração de indicadores inovadores para o tratamento e análise de dados sobre as problemáticas sociais indígenas no Brasil.
- Produção de indicadores socioeconômicos para avaliar a contribuição das Terras Indígenas para o desenvolvimento no Brasil.
- Fomento e realização de pesquisas quantitativas e qualitativas que auxiliem na compreensão dos desafios à observação dos direitos dos povos indígenas, que serão realizadas conforme os recursos captados e disponibilizados.
- Consolidação de um sistema informativo de grupos de pesquisas nacionais e internacionais, assim como associações da sociedade civil que trabalham com a administração indigenista no continente americano.
- Consolidação de parcerias de trabalho com outros observatórios e órgãos indigenistas nas Américas para poder estabelecer protocolos de cooperação internacional e possibilitar a realização de pesquisas comparativas, dentro do quadro de objetivos do CEPPAC, centro ao qual se vincula os coordenadores do projeto.
- Realização de um evento anual, que será realizado conforme a captação de recursos.
- Coordenação de uma publicação anual, que será também realizada conforme os recursos captados e disponibilizados.

Relação ensino/extensão

Na qualidade de ação de extensão contínua, o OBIND pretende constituir-se como ambiente inovador de promoção da relação ensino-pesquisa-extensão. Isto ocorrerá pela seleção e formação continuada de equipes de pesquisadores em nível de graduação, pós-graduação e pós-doutorado, em caráter multidisciplinar e voltadas para a promoção dos direitos humanos de populações socialmente vulneráveis no contexto brasileiro e em situações de fronteira internacional. Desse modo, o OBIND propiciará a compreensão de que a pesquisa crítica é fundamental para (re)orientar políticas públicas e a promoção de direitos socioculturais. Desse modo, será fundamental aportar estudos que tematizem os novos parâmetros da pesquisa colaborativa em Ciências Sociais, contribuindo para a revisão de planos de ensino de metodologia de pesquisa a partir de dados e experiências de colaboração em situações concretas.

Instrumentos avaliadores

O OBIND trabalhará com relatórios de atividades semestrais e com a publicação de um relatório anual de resultados, os quais servirão para indicar o cumprimento parcial ou integral das metas traçadas.

aplicados ao Público

Juntamente ao público será apresentado questionário de avaliação do desempenho da equipe com relação aos seguintes itens: 1) promoção de consulta prévia às populações e agentes públicos acerca da proposta de trabalho com vistas à obtenção de autorização e colaboração para consecução das atividades; 2) manutenção da coerência entre as atividades de levantamento de dados e os objetivos previstos na proposta; 3) disponibilização em caráter gratuito e de fácil acesso dos resultados das atividades do observatório.

aplicados à Equipe

Serão realizadas avaliações periódicas entre os integrantes da equipe de execução com vistas assegurar o caráter extensionista das atividades do laboratório, em especial no que tange à promoção dos direitos e políticas indigenistas para os povos indígenas visando sua autodeterminação, autonomia, proteção territorial e acesso aos bens e serviços da cidadania.

Informações relevantes

A criação de um observatório dos direitos e políticas indigenistas nos termos de uma ação de extensão contínua constitui uma proposta inédita no contexto universitário brasileiro. Nesse sentido, para além do desafio de estruturar a proposta, espera-se diminuir as lacunas de informação e comunicação e existentes entre Estado-sociedade civil-

povos indígenas no que tange ao conhecimento produzido e disponível no âmbito da administração pública, nas universidades e instituições de pesquisa e própria sociedade civil sobre as situações que afetam as condições de vida desses mesmos povos. Desta iniciativa, espera-se promover uma ferramenta que não somente disponibilize dados e informações de modo criterioso e acessível, mas também que se consolide uma articulação entre povos indígenas-academia-administração pública-sociedade civil com vistas a promover os direitos humanos dos povos indígenas.

Conteúdo programático

Não informado

Referência bibliográfica

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: O projeto Kaiowá-Ñandeva como experiência antropológica. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

BAINES, Stephen. "O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial". Ciências Sociais Hoje, 1993.

BAINES, Stephen. "A política governamental e os Waimiri-Atroari: Administrações Indigenistas, Mineração de Estanho e a construção de 'auto-determinação indígena' dirigida". Série Antropologia 126. Brasília: DAN/UnB, 1992.

BAINES, Stephen. "É a FUNAI que sabe": A Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: SCT/CNPq, Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, 1991.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O índio e o mundo dos brancos. 3ª edição. Brasília: Editora da UnB, 1981 [1964].

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Etnia e estrutura de classes". Enigmas e soluções: Exercícios de etnologia e de crítica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

LAFFER, Betty Mindlin. "A nova utopia indígena: Os projetos econômicos". In: JUNQUEIRA, Carmen & CARVALHO, Edgard (orgs.). Antropologia e Indigenismo na América Latina. São Paulo: Cortez, 1981.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

OLIVEIRA F.º, João Pacheco de. "Nosso Governo": Os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero/Anpocs, 1988.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). Indigenismo e territorialização: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SILVA, Cristhian T. da. "The Astonishing Resilience: Ethnic and Legal Invisibility of Indigenous from a Brazilian Perspective". Vibrant, V. 4, n.2, p.97-115, 2007.

SILVA, Cristhian T. da. "Identificação étnica, territorialização e fronteiras: A perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista". Revista de Estudos e Pesquisas, v.2, n. 1, 2005. Brasília: Funai/CGEP/CGDOC.

SILVA, Cristhian T. da. Cativando Maíra: A sobrevivência avá-canoeiro no alto rio Tocantins. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Brasília: PPGAS/DAN/UnB, 2005.

SOUSA, Hécio Marcelo de. Reforma de Estado e Políticas de Etnodesenvolvimento no Brasil na década de 90. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília: DAN/UnB, 2001.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de & BARRETTO FILHO, Henyo Trindade (orgs.). Antropologia e identificação: Os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED/CNPq/FAPERJ/IEEB, 2005.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de & BARROSO-HOFFMAN, Maria (orgs.). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: Bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa/LACED, 2002.

STAVENHAGEN, Rodolfo. "Etnodesenvolvimento: Uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista". Anuário Antropológico/84. Brasília; Rio de Janeiro: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1985.

VERDUM, Ricardo (org.). "Obras de infra-estrutura no contexto da integração Sul-Americana". Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais. Brasília: INESC, 2007.

VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento: Nova/Velha Utopia do Indigenismo. Tese de Doutorado em Antropologia. Brasília: CEPPAC/UnB, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & ANDRADE, Lúcia. "Hidrelétricas do Xingu: O Estado Contra as Sociedades Indígenas". In: ANDRADE, Lúcia & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas".

Observações

A criação do OBIND foi aprovada pelo Colegiado do CEPPAC como integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (LAEPI) do mesmo Centro de ensino e pesquisa da UnB. Esta proposta consiste em promover como atividade principal do observatório a coleta sistemática, periódica e qualificada de dados quantitativos e qualitativos sobre as condições de vida e violações dos direitos humanos de povos indígenas com vistas a promover junto aos órgãos competentes e em parceria com os mesmos povos e suas organizações a promoção e a efetivação dos seus direitos socioculturais.

Passo 3

Recursos Financeiros

Tem recursos financeiros? Não

Atividades

1ª Atividade

Atividade	Pesquisa bibliográfica
Descrição	Levantamentos bibliográficos sobre desigualdade, pobreza, territorialização e políticas públicas indigenistas.
Período	Anual
Data de início	06/03/2017
Data término	01/03/2019
Carga horária	60h00
Divisão da carga horária	Anual

Tópicos de programa	Carga Horária
Não informado	Não informado

1.1 Membro Alocado

Nome	Cristhian Teófilo da Silva
CPF	79157920168
Tipo de participacao	Supervisor/Pesquisador
Carga horária	0h59
Participante	Ativo

Nome	Stephen Grant Baines
CPF	26207206134
Tipo de participacao	Supervisor/Pesquisador
Carga horária	0h59
Participante	Ativo

Nome	Thiago Almeida Garcia
CPF	72004762187
Tipo de participacao	Supervisor/Pesquisador
Carga horária	0h59
Participante	Ativo

2º Atividade

Atividade	Pesquisa institucional
Descrição	Identificação, contato e levantamento de dados e informações em órgãos públicos e organizações indígenas e indigenistas da sociedade civil.

Período	Anual
Data de início	07/08/2017
Data término	08/12/2017
Carga horária	60h00
Divisão da carga horária	Anual

Tópicos de programa	Carga Horária
Não informado	Não informado

2.1 Membro Alocado

Nome	Cristhian Teófilo da Silva
CPF	79157920168
Tipo de participacao	Supervisor/Pesquisador
Carga horária	0h59
Participante	Ativo

Nome	Stephen Grant Baines
CPF	26207206134
Tipo de participacao	Supervisor/Pesquisador
Carga horária	0h59
Participante	Ativo

Nome	Thiago Almeida Garcia
CPF	72004762187
Tipo de participacao	Supervisor/Pesquisador
Carga horária	0h59
Participante	Ativo

3º Atividade

Atividade	Atividades de campo
Descrição	Levantamento junto às populações indígenas sobre dados de condições de vida, desigualdade e pobreza e denúncias de violações de direitos humanos.
Período	Anual
Data de início	08/01/2018
Data término	09/07/2018
Carga horária	60h00
Divisão da carga horária	Anual

Tópicos de programa	Carga Horária
---------------------	---------------

Não informado

Não informado

3.1 Membro Alocado

Nome	Cristhian Teófilo da Silva
CPF	79157920168
Tipo de participacao	Supervisor/Pesquisador
Carga horária	0h59
Participante	Ativo

Nome	Stephen Grant Baines
CPF	26207206134
Tipo de participacao	Supervisor/Pesquisador
Carga horária	0h59
Participante	Ativo

Nome	Thiago Almeida Garcia
CPF	72004762187
Tipo de participacao	Supervisor/Pesquisador
Carga horária	0h59
Participante	Ativo

4º Atividade

Atividade	Sistematização
Descrição	Organização dos dados e informações com vistas a alimentar bancos de dados sobre as condições de vida dos povos indígenas e subsidiar ações e denúncias de violação dos direitos humanos junto aos órgãos competentes. Desta atividade resultará relatório anual de atividades do OBIND.
Período	Anual
Data de início	06/08/2018
Data término	07/12/2018
Carga horária	60h00
Divisão da carga horária	Anual

Tópicos de programa

Carga Horária

Não informado

Não informado

4.1 Membro Alocado

Nome	Cristhian Teófilo da Silva
CPF	79157920168
Tipo de participacao	Supervisor/Pesquisador
Carga horária	0h59
Participante	Ativo

Nome	Stephen Grant Baines
CPF	26207206134
Tipo de participacao	Supervisor/Pesquisador
Carga horária	0h59
Participante	Ativo

Nome	Thiago Almeida Garcia
CPF	72004762187
Tipo de participacao	Supervisor/Pesquisador
Carga horária	0h59
Participante	Ativo

Pareceres

Parecer do Coordenador

Data Não informado

Assinatura:

Matrícula:

Parecer do Colegiado

Data Não informado

Assinatura:

Matrícula:

Parecer da Câmara de Extensão

Data Não informado

Número da Reunião CEX Não informado

Assinatura:

Matrícula:

Cristhian Teófilo da Silva

Matricula: 1017497